



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 3.946, DE 2021

(Apensado: PL nº 8.363/2017)

Dispõe sobre o exercício da profissão de
doula.

Autor: SENADO FEDERAL - MAILZA
GOMES

Relatora: DEPUTADA JANDIRA FEGHALI

VOTO EM SEPARADO

Está em apreciação nesta Comissão de Saúde o Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, de autoria da senadora Mailza Gomes, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 8.363, de 2017, de autoria da deputada Erika Kokay, apensado. Ambos dispendo sobre o exercício da profissão de doula, definida, no art. 2º da proposição principal, como "a profissional que oferece apoio físico, informacional e emocional à pessoa durante o seu ciclo gravídico-puerperal e, especialmente, durante o parto, visando à melhor evolução desse processo e ao bem-estar da gestante, parturiente e puérpera".

Não tenho nenhuma dúvida em relação à relevância da participação da doula no ciclo gravídico orientando e informando a gestante, notadamente no que concerne ao importante momento emocional.

Entretanto, o processo de atenção à parturiente não pode estar desvinculado da preocupação técnica. É preciso aumentar a carga horária dos cursos de doulagem para 800 horas, visto que as 120 exigidas pode resultar num curso com pouca informação. Ainda mais em se tratando do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

exercício de uma profissão tão importante para a saúde pública.

No artigo 3º é preciso melhorar a redação do texto para deixar claro que o diploma a ser revalidado no Brasil diz respeito somente àquele expedido por instituições estrangeiras.

A indicação de exames também deve ser vedada às doulas, por entendermos que tal procedimento está vinculado ao médico assistente. Desta forma, sugerimos acrescentar a expressão "indicar exames" no art. 4º, parágrafo único.

No que se refere à inclusão da doula nas equipes de saúde da atenção básica e multidisciplinar, entendo que a media onera os Estados e Municípios, uma vez que terão que aumentar a gestão financeira das equipes multidisciplinares.

Neste sentido, o meu voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 3.946, de 2021, e pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei n.º 8.363, de 2017, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 4 de junho de 2024.

Deputado Dr. Allan Garcês

(PP-MA)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.946, DE 2021

(Apensado: PL nº 8.363/2017)

Dispõe sobre o exercício da
profissão de doula.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O exercício da profissão de doula é livre em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º. Para fins desta Lei, doula é a profissional que oferece apoio físico, informacional e emocional à gestante durante o seu ciclo gravídico puerperal, visando à melhor evolução desse processo e ao bem-estar da gestante, parturiente e puérpera.

Art. 3º. O exercício da profissão de doula é assegurado:

I – aos portadores de diplomas de ensino médio e de curso de qualificação profissional específica em doulagem;

II – aos portadores de diplomas de ensino médio e de curso de qualificação profissional específica em doulagem, expedidos por instituição brasileira ou estrangeira, sendo que no último caso deverá ser revalidado no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III – aos que, à data da publicação desta Lei, exerçam, comprovadamente, há mais de 3 (três) anos, a profissão de doula.

Parágrafo único. A partir do início da vigência desta Lei, os cursos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo terão carga horária mínima de 400 horas.

Art. 4º. São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

I – incentivar e facilitar a gestante no seu ciclo gravídico-puerperal na busca de informações sobre gestação, parto e pós-parto baseadas em evidências científicas atualizadas;

II – incentivar a gestante a buscar uma unidade de saúde para realizar o acompanhamento pré-natal;

III – orientar e apoiar a gestante em relação às escolhas das posições mais confortáveis a serem adotadas durante o processo de parto;

IV – informar a gestante sobre os métodos não farmacológicos para alívio da dor;

V – colaborar para a manutenção de um ambiente tranquilo, acolhedor e com privacidade para a gestante durante o trabalho de parto;

VI – auxiliar a gestante a utilizar técnicas de respiração e vocalização para obter maior tranquilidade;

VII – utilizar recursos não farmacológicos para conforto e alívio da dor da parturiente, como massagens, banhos mornos e compressas mornas;

VIII – estimular a presença e participação de acompanhante da escolha da gestante em todo o processo do parto e no pós-parto;

IX – orientar e prestar apoio aos cuidados com o recém-nascido e ao processo de amamentação.

Parágrafo único. É vedado às doulas utilizar ou manusear equipamentos médicoassistenciais, realizar procedimentos médicos, fisioterápicos ou de enfermagem, administrar medicamentos, solicitar exames e interferir nos procedimentos técnicos dos profissionais de saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

Art. 5º A doula é de livre escolha da gestante, sendo a doulagem parte da atenção à pessoa no ciclo gravídico-puerperal.

Art. 6º. É assegurada a presença da doula nas maternidades, casas de parto e em outros estabelecimentos congêneres, das redes pública e privada, desde que solicitada pela gestante, inclusive em casos de intercorrências e situações de abortamento.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, é vedada a cobrança de qualquer taxa adicional vinculada à presença da doula durante o período de trabalho de parto.

§ 2º A presença da doula no estabelecimento de saúde, por solicitação da gestante, não implica obrigações por parte do estabelecimento, como remuneração ou vínculo empregatício.

§ 3º A atuação da doula não substitui o atendimento prestado por quaisquer dos profissionais de saúde participantes da assistência à gestante, à parturiente e à puérpera.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 4 de junho de 2024.

Deputado Dr. Allan Garcês
(PP-MA)

